

Análise do capital social: um estudo de caso em uma cooperativa

Lucelia Borges da Costa (UFSCar) lucelia@dep.ufscar.br

Resumo

O estudo foi realizado em uma cooperativa de coleta seletiva do município de São Carlos. E tomou-se como base conceitos teóricos apresentados por Putnan e Coleman. O objetivo do artigo é realizar uma análise do capital social da cooperativa. Para isto foi aplicados questionários estruturados e foram feitas entrevistas. Entre os resultados obtidos pela pesquisa pode-se destacar o fato dos cooperados considerarem que não há confiança entre eles.

Palavras chave: Capital Social, Confiança, Relações Sociais, Regras e Sanções.

1. Introdução

Putnan (2000) e Albagli & Maciel (2003), afirmam que as sociedades que possuem elevado estoque de capital social são mais competitivas e desenvolvidas. Isto ocorre porque onde há a presença deste tipo de capital as ações cooperativas são estimuladas.

O capital social é um recurso produtivo, mas não é consumo durante a produção, age apenas como facilitador deste processo. Além disso, o capital social é considerado um bem público, ao contrário dos outros tipos de capital (Coleman, 1994) (Putnan, 2000) (Abramovay, 2000).

Este artigo está organizado em cinco seções principais, a seção 2 apresenta uma visão geral do capital social, na seção seguinte são levantadas as hipóteses e posteriormente é feita descrição da metodologia utilizada para elaboração deste trabalho. Na seção 5 os resultados são apresentados e na última seção são feitas as considerações finais.

2. Capital Social

Apesar de possuir em sua expressão elementos da economia e da sociologia, o capital social não se encaixa em nenhuma dessas duas ciências sociais. O conceito de capital social faz parte da teoria da Sociologia Econômica, que teve origem nos trabalhos de Max Weber e Durkheim.

Segundo esta teoria, o indivíduo não é um ser “atomizado”, pois é influenciado por outros indivíduos e faz parte de uma sociedade. Outra premissa assumida pela Sociologia Econômica é que a sociedade é sempre a base de referência para qualquer análise, mesmo em questões econômicas, pois a economia é vista como uma parte integral da sociedade (Smelser & Swedberg, 1994).

Esta questão da sociedade e dos seres sociais é abarcada pelo capital social. Em sua definição, Putnan (2000) afirma que capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas.

Corroborando com esta definição e ampliando-a, Coleman (1994) diz que capital social é um aspecto da organização social e que constitui um recurso produtivo de um ou mais atores. Ainda segundo esse autor, o capital social pode assumir três formas, a primeira é o nível de confiança, a seguinte são os canais de troca de informações e por último as normas e sanções a que os indivíduos estão sujeitos.

A partir destas definições, pode-se realizar uma síntese e afirmar que o capital social é formado por três elementos: confiança, relações sociais e regras e sanções. A seguir há uma figura que ilustra estes elementos e suas relações.

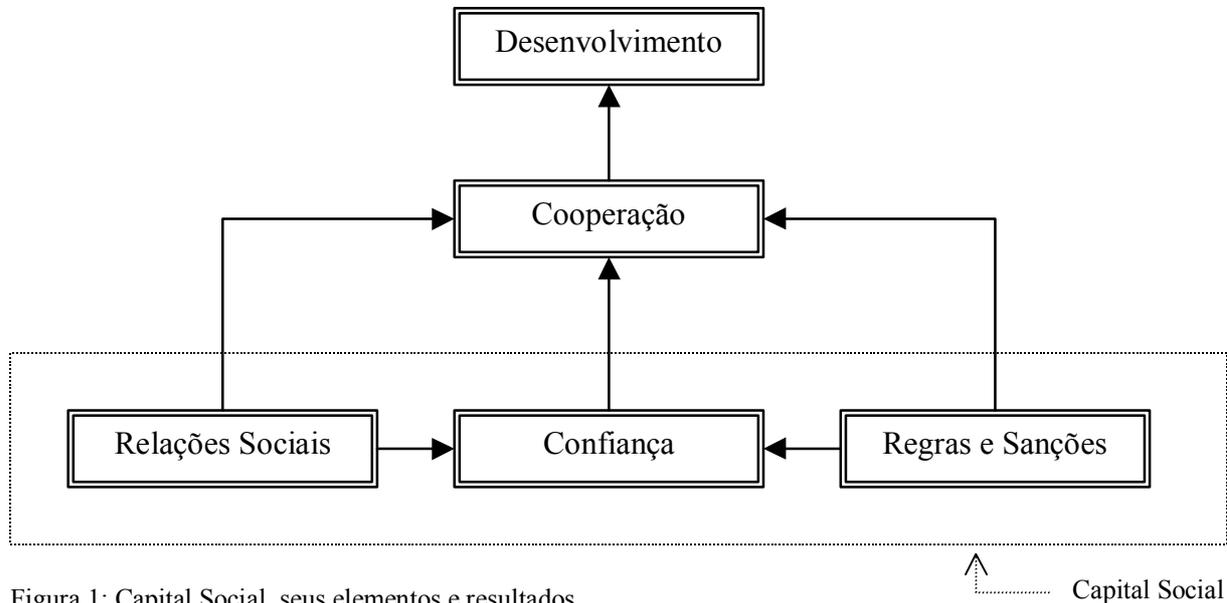


Figura 1: Capital Social, seus elementos e resultados.

A confiança é o componente básico do capital social (Putnam, 2000), quanto maior o seu nível maior será o nível de cooperação que ela proporcionará. Uma de suas características é que ela permite que os indivíduos mantenham relações mesmo quando há a possibilidade de oportunismo, ou seja, mesmo quando é possível que um ator aja de má-fé em relação ao outro.

Entretanto é necessário que haja uma ressalva, se a confiança depositada em um indivíduo for excessiva, uma “confiança cega”, a probabilidade de ocorrer ações oportunistas pode aumentar, pois o indivíduo que confia completamente não se “protege” e torna-se vulnerável (Granovetter, 1985) (Putnam, 2000).

A confiança só é válida se for alicerçada em conhecimento obtido através das relações sociais e se houver punições para o sujeito que transgrida o que foi estabelecido. A seguir há um maior detalhamento sobre estes dois elementos do capital social que afetam diretamente a confiança.

De acordo com Coleman (1994), o capital social depende das propriedades da estrutura social, em particular da “fronteira” das redes sociais, da continuidade das relações e da “multiplicidade” delas.

Por “fronteira” das redes entende-se o quão fechado ela é. Segundo Granovetter (1973), quanto mais fechada a rede maior será a força do vínculo existente entre seus indivíduos. Entretanto esta força pode ser prejudicial aos seus componentes, pois os isolam e diminuem a probabilidade de estabelecerem vínculos com outras redes .

As relações que se perpetuam ao longo dos tempos tornam-se mais fortes e permitem que os atores adquiram mais informações sobre os outros, conseqüentemente proporciona um nível maior de confiança.

A “multiplicidade” das relações sociais diz respeito ao número de atividades ou papéis que determinado ator exerce em diferentes situações frente a um mesmo ator, ou seja, em quantas

situações diferentes os atores se relacionam (Coleman,1994). Uma maior “multiplicidade” possibilita elevar o nível de confiança, pois aumenta o conhecimento sobre o indivíduo que se esta interagindo.

As regras e sanções estabelecidas nas relações constituem o último elemento do capital social. Coleman citado por Putnan (2000) afirma que as regras sociais “transferem do ator para outrem o direito de controlar uma ação, normalmente porque tal ação tem externalidades, isto é, conseqüências (positivas ou negativa) para outrem”. A possibilidade de monitorar a ação do outro por meio de regras aumenta a confiança e a cooperação, pois estabelece parâmetros para futuras punições.

As sanções aplicadas aos transgressores das regras diminui a probabilidade de alguns indivíduos agirem de má-fê e aumenta o nível de confiança existente nas relações. Isto ocorre porque os atores compreendem que as ações oportunistas receberão punições e que estas podem impactar o cotidiano deles.

3. Hipóteses

Este presente artigo tem por objetivo analisar o capital social de uma cooperativa. Inicialmente foram levantadas as seguintes hipóteses:

- o nível de confiança deve ser alto, pois eles decidiram agrupar-se e montar uma cooperativa;
- as relações entre os cooperados devem favorecer a formação de capital social porque crê-se que eles tenham ações cooperativas entre si;
- como os cooperados são donos da empresa acredita-se que deve existir um monitoramento por meio de regras e sanções para que nenhum ator, que esteja entre eles, seja oportunista e prejudique a cooperativa.

4. Metodologia

O artigo foi elaborado por meio de um estudo de caso realizado em uma cooperativa de coleta seletiva de São Carlos, aqui denominada de Cooperativa X.

A pesquisa de campo foi realizada nas duas primeiras semanas de dezembro de 2004. E os dados necessários para a realização do artigo foram obtidos em três etapas. A primeira constituiu de uma observação do local e das relações de trabalho. Posteriormente foram aplicados questionários estruturados em 73,3 % dos cooperados em atividade e por último foram realizadas entrevistas com os “líderes” da cooperativa. Estes foram indicados pelos cooperados durante a aplicação do questionário estruturado, e aqui são chamados de líder A e líder B.

A partir dos dados obtidos foi possível realizar uma análise do capital social da cooperativa, abordando seus três elementos: a confiança, as relações sociais e as regras e sanções.

5. Resultados

A partir das informações obtidas durante a aplicação do questionário estruturado e das entrevistas foi possível elaborar uma análise sobre o capital social da cooperativa. Inicialmente é apresentado um panorama geral e em seguida há um maior detalhamento dos dados referentes ao capital social.

A origem da Cooperativa X está relacionada à ação de um agente externo e não à iniciativa dos cooperados. Devido a uma imposição legal, os até então catadores do aterro sanitário tiveram que sair do local onde realizavam seu trabalho. Como uma alternativa à falta de uma fonte geradora de trabalho e renda a Prefeitura Municipal de São Carlos propôs auxiliá-los na formação de uma cooperativa de coleta seletiva. Inicialmente poucos aceitaram, por isso para compor a cooperativa outras pessoas que não faziam parte do “lixão”, mas que também não tinham uma fonte geradora de trabalho e renda, foram convidadas a fazer parte da cooperativa. Dessa forma, ela começou a atuar em junho de 2002.

A cooperativa tornou-se formalizada em 2004 e atualmente ela conta com 20 cooperados, sendo que 15 estão em atividade e 7 são oriundos do aterro sanitário. Quanto ao desempenho econômico pode-se afirmar que é favorável, pois a renda média obtida nos meses anterior a pesquisa foi de R\$ 604,11 (mais que duas vezes o salário mínimo), valor superior ao obtido pela maioria dos trabalhadores brasileiros e a quantidade coletada perfaz um total de 31.020 quilos.

O trabalho realizado na cooperativa pode ser dividido em quatro etapas principais: a coleta, a triagem, a prensagem e a venda (ver figura 2). Estas tarefas são realizadas por dois grupos, um se responsabiliza pela primeira etapa e o outro pela triagem e a prensagem. A última etapa fica sempre a cargo do líder A. Toda cada semana há um rodízio para que os cooperados estejam envolvidos em todas as atividades, menos na venda. O horário de trabalho estabelecido entre eles é das 8:00 até às 17:45 para quem está triando e prensando no barracão e das 8:00 às 17:00 para quem está coletando na rua.

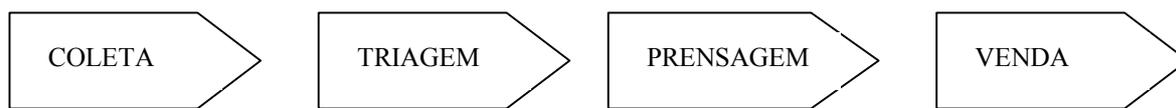


Figura 2: Principais etapas de trabalho.

Segundo o estatuto da Cooperativa X, ela deve ser gerida pelos conselhos administrativos e fiscais. No entanto, observa-se que a responsabilidade recai apenas sobre os dois líderes citados anteriormente, deixando-os sobrecarregados. Cabe ao líder A realizar diversas tarefas, mas uma que merece destaque é a busca por compradores. Ele liga para diversos clientes e pesquisa qual é o melhor preço. Após esta pesquisa, ele apresenta na reunião os valores obtidos e discute com os cooperados qual é a melhor atitude a ser tomada. Já o líder B é responsável pelo controle do ponto. Segundo ele, muitas vezes os cooperados desconfiam das anotações realizadas por ele, sendo é necessário explicar a cada cooperado até que os dados registrados sejam aceitos.

Apesar de estarem envolvidos em questões administrativas, os “líderes” também têm que participar das outras etapas de trabalho porque há uma forte cobrança por parte dos outros cooperados. Apesar de acreditam que as atividades administrativas constituem trabalho leve, eles não aceitam realizá-las, conforme declaração do líder A:

“Aí tem um problema, se pede pra um fazer uma coisa, ‘ahh eu não faço’. Que nem hoje era pra ir pra São Paulo, alguém ir pra São Paulo, não foi ninguém. Vai ter um congresso lá de catadores, então o pessoal da secretaria (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia) pediu pra indicar uma pessoa pra ir. Se não é eu que vou, que eu não pude ir, não posso ir, não tem mais ninguém que vai. Ninguém se prontifica a ir.”

Outra característica da cooperativa é a resistência quanto à venda conjunta com as outras 2 cooperativas de coleta seletiva existentes no município de São Carlos. De acordo com os

líderes, eles já tentaram realizar uma venda conjunta, mas as outras cooperativas não cumpriram com o que havia sido acordado e venderam o material antes do prazo determinado. Para não prejudicar sua imagem perante os compradores, a Cooperativa X decidiu não realizar venda conjunta, mas quando algum cliente quer mais produto do que ela possui, os cooperados indicam as outras cooperativas.

Após esta breve exposição sobre a Cooperativa X já é possível abordar mais profundamente as questões relacionadas ao seu capital social, como a confiança, as relações sociais e as regras e sanções.

De acordo com 72,7 % dos cooperados, não existe confiança entre eles. Esta constatação também é apontada pelo líder B. Segundo ele:

“Nunca ninguém confia em ninguém né, sempre aquela desconfiança.”

Segundo os cooperados, os principais motivos da desconfiança que impera na cooperativa são:

- a existência de dois grupos;
- questões pessoais; e
- falta de entrosamento / relacionamento.

A existência de dois grupos dentro da cooperativa ocorreu devido à proximidade familiar existente entre 6 dos 15 cooperados que estão em atividade. Atualmente este problema está sendo combatido através da proibição de entrada de parentes próximos, conforme afirma o líder B:

“Agora aqui dentro tem uma regra né, de primeiro não tinha, agora coloco no papel, que agora não pode entrar mais parente.”

Quanto às questões pessoais, o líder A pondera:

“As divergências que surgem a gente tenta contornar,, depois essa pessoa fica, éhhhhh, disciplinam essas coisas, e depois só fala a necessidade, (.....), só falam o que é necessário, não precisa ficar cutucando o outro. A gente tenta levar na maior paz possível, trabalho, trabalho, amizade se quer continuar a amizade, senão nem se conversam.”

O outro fator responsável por não haver confiança, conforme apresentado pelos cooperados, é a falta de relacionamento entre eles. A maioria dos cooperados se vêem fora da cooperativa, nos bairros onde moram, mas não há nenhuma relação forte. A não ser nos 6 integrantes da mesma família. Vale ressaltar que todos os cooperados que afirmaram existir confiança na cooperativa pertencem a mesma família.

Segundo os “líderes”, o grau de escolaridade também influencia o nível de confiança, pois quanto maior ele for, maior a compreensão dos cooperados e portanto menor a desconfiança. Conforme pode ser observado na tabela 1, o grau a escolaridade dos cooperados é deficiente e acredita-se isto tenha um impacto negativo no nível de confiança da cooperativa.

Escolaridade	Percentual
Analfabeto	9,09 %
Ensino Fundamental Incompleto	54,55 %
Ensino Fundamental Completo	9,09 %
Ensino Médio Incompleto	9,09 %
Ensino Médio Completo	18,18 %

Fonte: Dados de pesquisa – dezembro de 2004

Tabela 1 – Grau de escolaridade dos cooperados

O capital social da cooperativa também é influenciado pelo fluxo de informações. De acordo com 90,91 % dos cooperados, há uma boa comunicação entre eles, permitindo que todos tenham conhecimento do que ocorre na cooperativa. O principal meio de transmissão das informações são as reuniões e estas ocorrem toda sexta-feira à tarde, abordando os fatos relevantes que aconteceram durante a semana e questões referentes ao andamento da cooperativa. Ainda de acordo com os cooperados, 54,5 % compreende tudo o que é discutido na reunião e o restante entende mais ou menos.

Outro elemento a ser abordado são as regras e as sanções. Para todos os cooperados, é importante que existam regras e também é necessário que sejam aplicadas punições para quem desrespeitá-las. As principais regras apontadas por eles são:

- ser organizado;
- saber o que fala e o que faz;
- trabalhar de uniforme;
- não brigar na rua;
- não deixar casa para trás sem coletar;
- respeitar os moradores;
- respeitar os cooperados;
- ser trabalhador;
- ser honesto;
- não faltar, não chegar atrasado;
- ter educação;
- ser confiável;
- ser participativo; e
- ser leal.

Par verificar se as regras estão sendo cumpridas, um cooperado fiscaliza o outro, por exemplo, na rua os cooperados normalmente andam em dois e um acompanha o desempenho do outro, já no barracão todos ficam de olho para observar se alguém está fazendo “corpo mole”. As penas a serem aplicadas para quem não respeita as regras do cooperativa são discutidas nas reuniões, podendo ser desde uma multa em dinheiro até a suspensão do trabalho por dois dias.

Outro ponto a ser levantado sobre o capital social na cooperativa é a ação de um agente externo tentando manter a coesão do grupo e auxiliando-os através de assessorias. Desde o início das atividades da cooperativa a prefeitura vem buscando apoiá-los através de uma equipe de Economia Solidária que os instrui quanto aos aspectos administrativos, contábeis e de produção da cooperativa.

No entanto, essa relação vem desgastando-se. O líder A afirma que têm consciência que a ajuda ofertada pela prefeitura foi essencial para que a cooperativa fosse formada, mas que é necessário eles desvencilharem se deste suporte para que possam continuar a se desenvolver. Segundo ele:

“Nós queremos andar com as próprias pernas.....”

6. Considerações Finais

Os resultados apresentados mostram que a maioria das hipóteses não foi corroborada. A seguir são apresentadas as conclusões que podem ser obtidas das informações apresentadas na seção anterior.

Segundo os próprios cooperados, a confiança entre eles é baixa, isto ocorre porque muitas pessoas que iniciaram a cooperativa e que ainda fazem parte dela não se conheciam, apesar de algumas serem oriundas do aterro sanitário.

A falta de “entrosamento” também afeta negativamente a formação de capital social, pois não permite eles tenham ações cooperativas apesar de serem cooperados.

Já a existência de regras e sanções na cooperativa possibilitam prever e controlar o comportamento dos outros cooperados aumentando o nível de confiança entre eles e a cooperação.

Outro fator que possibilita elevar a confiança é o fluxo de informações. De acordo com os próprios cooperados todas as informações relevantes são transmitidas nas reuniões, permitindo um maior conhecimento por parte dos cooperados do que ocorre na cooperativa e diminuindo a desconfiança, pois quanto maior a clareza, maior a confiança.

Finalizando, observa-se que apesar dos cooperados afirmarem que a confiança é baixa, os outros elementos do capital social agem para elevá-lo, e além disso, há a ação de um agente externo que mantém a coesão do grupo. Devido a esses fatos considera-se que o capital social da Cooperativa X possui um nível médio, mas que poderá ser elevado se houver ações que promovam o aumento das relações entre os cooperados além do ambiente de trabalho.

Para futuros trabalhos propõe-se que sejam realizadas análises do capital social das outras duas cooperativas de coleta seletiva do município de São Carlos e uma posterior comparação entre seus desempenhos econômicos observando se há alguma correlação com os seus níveis de capital social.

Referências

- ABROMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*. V. 4, nº 2. Abril/junho 2000.
- ALBAGLI, S. & MACIEL, M. L. Capital social e desenvolvimento local. Em: LASTRE, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E. & MACIEL, M. L. *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Rêlume – Dumara. 2003.
- COLEMAN, J. S. A rational choice perspective on Economic Sociology. Em: SMELSER, N. J. & SWEDBERG, R. (editores). *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press. 1994.
- GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*. V. 78, nº 6. 1973.
- GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. *American Journal of Sociology*. V. 91, nº 3. Novembro 1985.
- PUTNAN, R. D. Capital social e desempenho institucional. Em: PUTNAN, R. D. *Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2ª edição. 2000.
- SMELSER, N. J. & SWEDBERG, R. The sociological perspective on the economy Em: SMELSER, N. J. & SWEDBERG, R. (editores). *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press. 1994.